

Concorrência ameaçada

RENATO AYRES FONSECA

O Brasil ocupa o 5º lugar no ranking de produção de automóveis e veículos leves, com mais de três milhões de unidades. A frota circulante, cuja idade média é de 12,8 anos, supera 34 milhões de automóveis conforme dados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrade). Decorre daí não apenas a importância para o país do mercado de produção de veículos, mas também dos mercados correlatos, sendo o mais importante deles o de reposição de autopeças, que sozinho movimentava na economia nacional algo em torno de R\$ 70 bilhões e a cada dia ganha mais importância.

Com a abertura do mercado nacional a partir de meados dos anos 90, com destaque para os últimos cinco anos, as grandes montadoras multinacionais têm se voltado para este mercado de reposição, provavelmente para recuperar nele uma lucratividade que foi diminuída com o acirramento concorrencial no mercado de venda de seus carros, ocorrida justamente com a concorrência que veio do exterior.

Para assegurar lucratividade no mercado de reposição, algumas montadoras defendem o direito de monopolizar a reposição de peças de seus veículos. Tal postura, no mínimo, contraria a história, já que tradicionalmente este mercado sempre foi livre, nele sempre existindo sadia concorrência entre empresas independentes das montadoras e empresas delas dependentes (autorizadas). Justificam-se pelo argumento da exclusividade quanto ao design das peças de seus veículos, de modo que a produção de peças de reposição apenas poderia ser feita diretamente por elas ou por outra empresa por elas autorizada, o que significa, é claro, delas dependentes.

Este interesse dessas montadoras foi colocado em prática com base em uma estratégia astuta, qual seja, alegar exclusividade do design das peças, de modo que a reposição apenas poderia ser feita diretamente pela montadora ou por outra empresa por ela designada.

Ocorre que na reposição, na substituição da peça, o design não importa, pois o consumidor sempre irá comprar a peça que encaixe em seu veículo e lhe mantenha a aparência, tal qual ele a escolheu quando comprou o carro. É por isso que no Brasil, há mais de 40 anos, existe uma indústria independente das montadoras, que sempre livremente produziu peças voltadas à reposição.

A estratégia das montadoras significa eliminação completa desta concorrência que sempre existiu. Sem concorrência, o consumidor será escravizado, pois lhe será imposto a força o canal de distribuição da montadora (muitas vezes insuficiente), além da imposição nem sempre razoável e criteriosa de preços (a diferença de preço entre uma peça autorizada e uma fabricada no mercado independente pode chegar à metade do valor).

É fácil perceber, neste cenário, que a luta pela existência das fabricantes independentes de autopeças e por um mercado de reposição sadio é convergente com a luta dos consumidores por sua liberdade de escolha. Em dezembro, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) afastou o argumento das montadoras Ford, Fiat e Volkswagen de monopólio do mercado de reposição com base em desenho das peças. A luta já durava três anos, tempo no qual tais montadoras empregaram todos os seus esforços jurídicos e políticos para evitar a abertura de uma séria investigação de suas condutas. A investigação agora ocorrerá no Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC).

A Anfape e os consumidores acompanharão atentos esta investigação, da qual poderá resultar severa punição às táticas monopolistas das montadoras, bem como a garantia de um mercado livre e sadio, em benefício da indústria nacional de fabricantes independentes de autopeças e dos milhões de consumidores que dia a dia necessitam adquirir peças de reposição.

RENATO AYRES FONSECA é presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Autopeças (Anfape).

VERISSIMO

Buuu

Dilogo urbano, no meio de um engarrafamento. Carro a carro. — É nisso que deu, oito anos de governo Lula. Esse caos. Todo mundo com carro, e todos os carros na rua ao mesmo tempo. Não tem mais hora de pique, agora é pique o dia inteiro. Foram criar a tal nova classe média e o resultado está aí: ninguém consegue mais se mexer. E não é só o trânsito. As lojas estão cheias. Há filas para comprar em toda parte. E vá tentar viajar de avião. Até para o exterior — tudo lotado. Um inferno. Será que não previram isto? Será que ninguém se deu conta dos efeitos que uma distribuição de renda irresponsável teria sobre a população e a economia? Que botar dinheiro na mão das pessoas só criaria essa confusão? Razão tinha quem dizia que um governo do PT seria um desastre, que era melhor emigrar. Quem pode viver em meio a uma euforia assim? E o pior: a nova classe média não sabe consumir. Não está acostumada a

comprar certas coisas. Já vi gente apertando secador de cabelo e laptop como se fosse manga na feira. É constrangedor. E as ruas estão cheias de motoristas novatos com seu primeiro carro, com acesso ao seu primeiro acelerador e ao seu primeiro delírio de velocidade. O perigo só não é maior porque o trânsito não anda. É por isso que eu sou contra o Lula, contra o que ele e o PT fizeram com este país. Viver no Brasil ficou insuportável.

— A nova classe média nos descaracterizou?

— Exatamente. Nós não éramos assim. Nós nunca fomos assim. Lula acabou com o que tínhamos de mais nosso, que era a pirâmide social. Uma coisa antiga, sólida, estruturada...

— Buuu para o Lula, então?

— Buuu para o Lula!

— E buuu para o Fernando Henrique?

— Buuu para o... Como, "buuu para o Fernando Henrique"?!
— Não é o que estão dizendo? Que tudo que está aí começou com o Fernando Henrique? Que só o que o Lula fez foi continuar o que já tinha sido começado? Que o governo Lula foi irrelevante?

— Sim. Não. Quer dizer...

— Se você concorda que o governo Lula foi apenas o governo Fernando Henrique de barba, está dizendo que o verdadeiro culpado do caos é o Fernando Henrique.

— Claro que não. Se o responsável fosse o Fernando Henrique eu não chamaria de caos, nem seria contra.

— Por que?

— Porque um é um e o outro é outro, e eu prefiro o outro.

— Então você não acha que Lula foi irrelevante e só continuou o que o Fernando Henrique começou, como dizem os que defendem o Fernando Henrique?

— Acho, mas...

Nesse momento o trânsito começou a andar e o diálogo acabou.

— Não é o que estão dizendo? Que tudo que está aí começou com o Fernando Henrique? Que só o que o Lula fez foi continuar o que já tinha sido começado? Que o governo Lula foi irrelevante?

— Sim. Não. Quer dizer...

— Se você concorda que o governo Lula foi apenas o governo Fernando Henrique de barba, está dizendo que o verdadeiro culpado do caos é o Fernando Henrique.

— Claro que não. Se o responsável fosse o Fernando Henrique eu não chamaria de caos, nem seria contra.

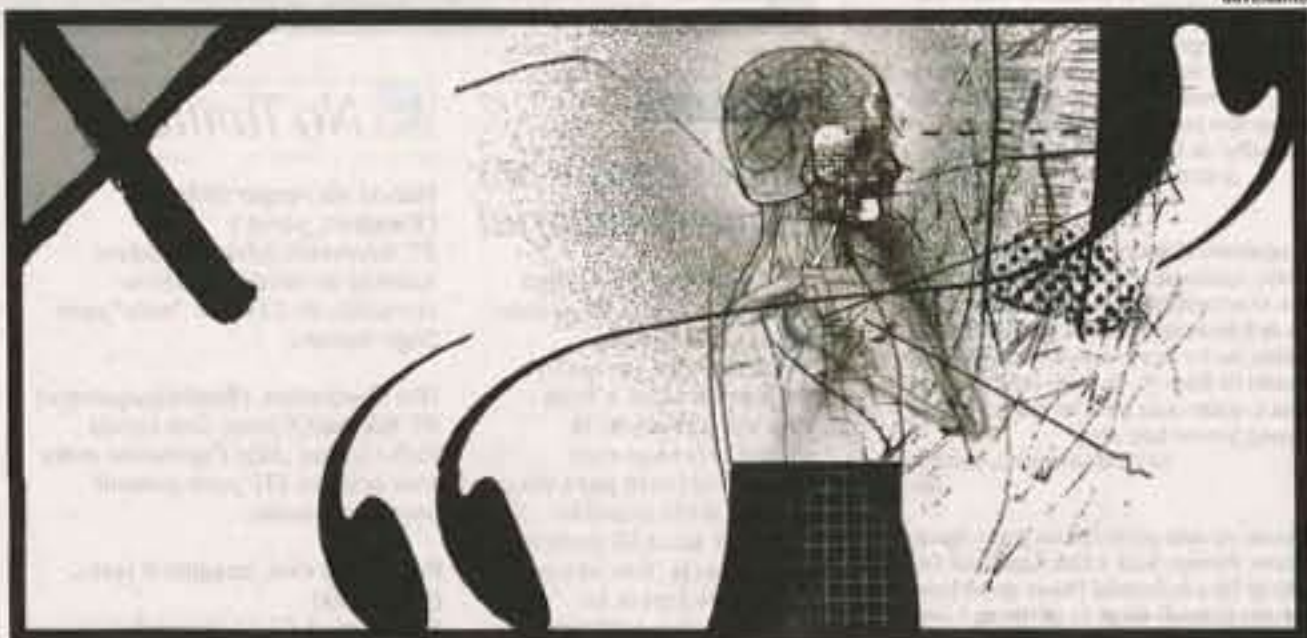
— Por que?

— Porque um é um e o outro é outro, e eu prefiro o outro.

— Então você não acha que Lula foi irrelevante e só continuou o que o Fernando Henrique começou, como dizem os que defendem o Fernando Henrique?

— Acho, mas...

Nesse momento o trânsito começou a andar e o diálogo acabou.



Sem aspas, Garcia

DEMÉTRIO MAGNOLI

“É mesmo lamentável ver o Brasil adotar essa posição”, reclamou Sayad Sajjadi, embaixador do Irã na ONU, no dia 25 de março. A representação brasileira votara a favor de uma resolução patrocinada pelos Estados Unidos e diversos países europeus que institui um relator independente para investigar a violação dos direitos individuais na ditadura teocrática xita.

“Não esperávamos isso do Brasil.” Na sua surpresa genuína, Sajjadi deixa entrever o diagnóstico que, por aqui, se procura ocultar: a política externa de Dilma Rousseff promove uma ruptura conceitual, não um mero ajuste, em relação à de Lula. Dias atrás, no Palácio do Itamaraty, a presidente esclareceu o sentido da nova orientação, conectando a defesa dos direitos humanos à pretensão brasileira de obter uma cadeira permanente no Conselho de Segurança da ONU.

Durante oito anos, o Brasil rejeitou todas as resoluções que condenavam o Irã. Ano passado, alegando uma “questão cultural”, absteve-se face à resolução que condenava o apedrejamento de mulheres condenadas por adultério. “Eu sei que cada país tem suas leis, sua Constituição, sua religião — e, gostando ou não, temos que respeitar o procedimento de cada país”, explicou Lula no momento da abstenção ignóbil. O então chanceler Celso Amorim, na sua característica arrogância, deu um passo à frente para dizer que não votaria com a finalidade de “agradar a imprensa”. A mudança em curso é indelével, mas a facção derrotada tenta disfarçá-la para reconquistar, no futuro próximo, uma influência perdida.

Nas antigas enciclopédias soviéticas, lacunas narrativas ocupavam o lugar de eventos históricos “indesejáveis”. O assessor presidencial Marco Aurélio Garcia, em artigo consagrado à política externa do governo Dilma, publicado na edição de abril da revista “Interesse Nacional”, simplesmente não menciona a nova abordagem do

tema dos direitos humanos. Numa entrevista, instado a falar sobre aquilo que o desagradava, atribuiu a reviravolta apenas a uma preferência pessoal da presidente, que refletiria seu passado de prisioneira política. Ele fala aos tolos, supondo que todos o são.

Menos melífluo, o ex-chanceler Amorim admitiu que, provavelmente, votaria contra a resolução sobre o Irã, por considerá-la “política”. É, de fato, de política que se trata. Samuel Pinheiro Guimarães, o lugar-tenente de Amorim, num ensaio de 2002, qualificou a promoção dos “direitos humanos ocidentais” como política destinada a dissimular, “com sua linguagem humanitária e altruísta, as ações táticas das Grandes Potências em defesa de seus próprios interesses estratégicos”. O adjetivo “ocidental”, agregado aos direitos humanos, é o sinal inconfundível de uma doutrina de justificação dos regimes que violam sistematicamente os direitos humanos.

Um artigo do diplomata Sérgio Florêncio, também publicado na “Interesse Nacional”, mas em 2008, e devotado à defesa da abordagem dos direitos humanos na política externa de Lula, sintetiza exemplarmente tal doutrina. Florêncio aponta uma tensão entre “uma visão de fortalecimento da universalidade dos direitos humanos” e “um olhar de preservação de identidades culturais consideradas ameaçadas por um mundo globalizado” para, em seguida, denunciar os “propósitos políticos” das resoluções de condenação de regimes que criminalizam a opinião política, encarceram dissidentes, assassinam opositores. As passagens cruciais de seu texto poderiam ser encampadas pelo governo chinês ou subscritas por Hojani Mubarak, Muammar Kadafi e Fidel Castro.

“O Brasil deveria mostrar que é um país independente, e não um país pequeno que se curva aos interesses dos Estados Unidos”. A crítica, emitida após o voto contra o Irã, casualmente não partiu de Amorim ou Garcia, mas do diplomata iraniano Mohammad Reza Ghaebl. Dilma Rousseff pode usá-la como condecoração involuntária oferecida pelo representante de uma di-

tadura que borra, cotidianamente, a fronteira entre civilização e barbárie. O voto brasileiro não é uma homenagem aos interesses dos Estados Unidos, mas aos valores nacionais, proclamados pela nossa Constituição.

No seu artigo sobre política externa, Garcia cerca a expressão “interesse nacional” com as aspas de uma rancorosa ironia. Por meio de uma longa digressão em torno do óbvio, ensina que o interesse nacional está sujeito a contrastantes interpretações, concluindo com uma afirmação tão vulgar quanto perigosa: “A política externa, como toda política, sempre dividiu e divide uma sociedade (...)”. O interesse nacional não é, evidentemente, um dogma inscrito em pedra. Mas, ao contrário do que imagina o ideólogo, a experiência histórica das nações se condensa em valores coletivos e consensos duradouros. Quando a Constituição os converte em princípios políticos, como no caso da prevalência dos direitos humanos nas relações internacionais do Brasil, é preciso reconhecer a existência de um interesse nacional não cerceado pelas aspas da “luta de classes”.

O discurso de Dilma Rousseff no Itamaraty alinhava nossa política externa à prescrição constitucional — ou seja, ao interesse nacional. Nele, os direitos humanos foram recolocados no seu lugar: “Vamos promovê-los em todas as instâncias internacionais, sem concessões, discriminações ou seletividade, coerentemente com as preocupações que temos a respeito em nosso próprio país.” A mensagem é cristalina. As violações de direitos humanos nas democracias, inclusive na nossa, não invalidam os compromissos internacionais com os direitos humanos. Quantanamo deve ser criticada, mas não mais será transformada em pretexto para silenciar sobre as tiranias.

É uma mudança providencial, na hora em que os povos árabes se erguem contra ditaduras tantas vezes elogiadas por Lula e Amorim, exigindo precisamente o respeito às liberdades políticas — isto é, aos direitos humanos “ocidentais”.

DEMÉTRIO MAGNOLI é sociólogo e doutor em geografia humana pela USP. E-mail: demetrio.magnoli@terra.com.br

O preço da exclusão

LAIS MENDES PIMENTEL e PATRÍCIA ALMEIDA

O debate sobre inclusão escolar avançou nas últimas semanas a partir de dois fatos: o anúncio do “possível fechamento” do Instituto Nacional de Educação de Surdos e do Instituto Benjamin Constant, para alunos cegos; e, o massacre de 12 jovens numa escola municipal de Realengo por um ex-aluno da instituição.

Não, o INES e o IBC nunca estiveram a ponto de ser fechados. O que não significa que devam ficar imunes a mudanças previstas pelo movimento mundial da Inclusão, que prevê a gradual extinção das escolas especiais e incorporação dos alunos com deficiência nas escolas regulares perto de suas casas, direito inegociável inscrito em nossa Constituição.

Há 17 anos o Brasil assinou a Declaração de Salamanca, assumindo um compromisso internacional de promover a inclusão de alunos com necessidades educacionais específicas na rede regular de ensino, o que foi ratificado na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência em 2008.

A educação básica é, então, direito de todos indiscriminadamente.

A segunda situação chocou o Brasil. Wellington Menezes, ex-aluno da Tasso da Silveira, volta à escola e dispara 60 tiros, matando 12 crianças. Primeira reação: o assassino era um maluco! Logo, parentes e ex-alunos da Tasso da Silveira revelaram que o rapaz tinha sabidos problemas psicológicos e fora vítima de bullying. O que Wellington Menezes fez foi um acerto de contas. De vítima, ele passou a algoz.

Vem do Canadá o relatório que mostra como escolas realmente inclusivas são mais seguras.

“As raízes desse comportamento agressivo dos estudantes encontram-se em seus sentimentos de alienação, no fato de não acharem que pertencem ao ambiente escolar. Este problema é agravado pelo fracasso das escolas em atender às necessidades educacionais e emocionais desses alunos que se sentem excluídos. É este tipo de situação, em sua forma extrema, que propicia tragédias como as que ocorreram na Columbine High School e no Virginia Techological Institute.”

No Brasil, salas de recurso foram criadas para atender alunos com necessidades especiais. O que deve incluir também jovens sem diagnóstico de deficiência, mas que precisam de uma atenção extra ministrada por uma equipe multidisciplinar. São alunos que sofrem abusos em casa ou mesmo que têm problemas psicológicos, como era o caso do Wellington Menezes.

Mas há quem seja contra a inclusão escolar. São os que ignoram o quanto a educação inclusiva estimula não só o “especial” como também educa a sensibilidade do aluno “não especial”. Fora os que preferem manter a alocação de vultosas verbas federais e o prestígio político das antigas instituições.

Quem defende a segregação com o argumento de que a educação já é ruim sem inclusão está cometendo um perigoso erro de lógica, uma inversão rudimentar da relação causa-efeito.

O preço da educação “exclusiva” é o bullying. E ninguém está livre de ser uma vítima dele.

LAIS MENDES PIMENTEL e PATRÍCIA ALMEIDA são jornalista e mães de crianças com síndrome de Down.